PETR4 R\$39,42 **+3,98**%

VALE3 R\$58,18 **+0,97**%

Curso de Dividendos

ITUB4 R\$34,11 **+0,29**%

ABEV3 R\$12,68 **+2,34**%

Política | Estimativa

BITCOIN R\$574.632 **+0,36**%

DÓLAR R\$5,81 **0,00**%

IFIX 3.176pts **+0,44**%

IFI: mesmo com menos emendas, governo precisa de R\$ 40 bilhões para meta fiscal Caso o governo busque o limite da margem de tolerância prevista no novo arcabouço fiscal, o valor exigido cairia

MGLU3 R\$9,42 **+3,06**%

para R\$ 13,6 bilhões, segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal Agência Senado

23/11/2024 07h13 • Atualizado 15 horas atrás



precisará de um esforço adicional de R\$ 42,3 bilhões no último bimestre do ano

Publicidade

para zerar o déficit primário em 2024. Caso o governo busque o limite da margem de tolerância prevista no novo arcabouço fiscal, o valor exigido cairia para R\$ 13,6 bilhões. A avaliação consta do

Senado Federal, estima que o governo

Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de novembro, que foi divulgado na última quinta-feira (21). Medidas que podem ajudar o governo a atingir as metas fiscais incluem a execução reduzida de emendas parlamentares ao Orçamento, o "empoçamento" de recursos orçamentários, um repasse maior de dividendos e resultados das estatais, além de bloqueios e contingenciamentos de gastos. A análise é de

Continua depois da publicidade "Esse montante de R\$ 13,6 bilhões pode ser alcançado com uma maior efetividade de algumas medidas previstas na Lei Orçamentária Anuel, com alguma surpresa positiva na arrecadação em razão da dinâmica da atividade econômica, com as outras medidas de compensação da desoneração da folha de pagamento, ou

Orçamento de 2024

O PLP 175/2024 é uma tentativa de resolver o impasse sobre o pagamento das

transferência especial (conhecidas como "emendas Pix").

emendas individuais impositivas, das quais fazem parte as classificadas como de

Continua depois da publicidade

mesmo com a falta de execução do restante das emendas parlamentares

autorizadas para 2024", apontam os dois no relatório.

Marcus Pestana e Alexandre Andrade, diretor-executivo e diretor da IFI,

Leia também

respectivamente.



sanção presidencial.

Na quinta-feira, o Congresso concluiu a votação do projeto de lei complementar (PLP) que regulamenta as regras de transparência, execução e impedimentos para as emendas parlamentares ao Orçamento (PLP 175/2024). A matéria seguiu para

Governo bloqueia R\$ 6 bilhões do

Volume de recursos congelados subiu de R\$ 13,3 bi para R\$ 19,3 bi

Em 2024, segundo o relatório da IFI, R\$ 28,4 bilhões em emendas foram pagos até outubro, de um montante de R\$ 45,3 bilhões referente ao limite de pagamento de emendas para o ano - somando as individuais, de bancada e de comissão. O montante desembolsado inclui os restos a pagar de exercícios anteriores quitados em 2024.

"Assim, faltariam R\$ 16,9 bilhões passíveis de serem executados em emendas, mas

que, até o momento, não podem em razão da decisão do STF. Considerando que

faltam dois meses para o encerramento do exercício, o cumprimento da meta de

resultado primário deste ano pode ficar mais fácil", diz o relatório.

A liberação das emendas parlamentares está suspensa por determinação do

ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele condiciona o

pagamento das emendas à definição de regras sobre rastreabilidade,

transparência, controle social e impedimento.

Continua depois da publicidade

O chamado "empoçamento de recursos" é a diferença entre os limites de

pagamento autorizados e os valores realmente pagos em um determinado período.

Até fim do quinto bimestre, o limite de pagamento de despesas discricionárias (não

obrigatórias) foi de R\$ 162,7 bilhões. Os dados indicam que foram pagos, até o

momento, R\$ 140,8 bilhões nessas despesas. Assim, a IFI estima a soma de R\$

"Empoçamento"

21,9 bilhões "empoçados". "Caso o empoçamento se mantenha, nos dois últimos meses do ano, no nível

bilhões neste ano.

resultado primário, embora isso possa prejudicar o alcance da meta fiscal no exercício de 2025", alerta o relatório. Além desses fatores pelo lado da despesa, é possível que medidas pelo lado da arrecadação sejam utilizadas para o alcance da meta fiscal do ano. Espera-se, por exemplo, um pagamento extraordinário de dividendos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que já transferiu ao Tesouro R\$ 10,1

observado até o 5º bimestre, aumenta a possibilidade de cumprimento da meta de

Já o cenário para os próximos anos pode ser mais complicado, segundo a IFI. A

instituição destaca quatro decisões adotadas durante a transição e no primeiro

ano do governo atual que tornaram "ainda mais complexa" a tarefa de equilibrar as

Expansão fiscal contabilizada pela incorporação do aumento do Bolsa Família

Continua depois da publicidade

Retomada da vinculação das despesas de educação e saúde às receitas; Correção do salário-mínimo acima da inflação e sua manutenção como indexador;

Constitucional 132).

para o patamar pago ao longo da pandemia;

contas públicas:

Ajuste fiscal

A IFI estima que essas medidas representarão um aumento de gastos entre R\$ 2,3 trilhões e R\$ 3 trilhões nos próximos dez anos. Diante desse cenário, o governo teria dois caminhos possíveis: um ajuste de curto prazo, com fôlego limitado, para garantir o cumprimento da regra fiscal em 2025 e 2026; ou um rearranjo estrutural

mais profundo, visando garantir a solidez e a sustentabilidade fiscal a longo prazo.

"Caso as medidas de revisão de gastos a serem anunciadas sejam apenas

conjunturais, servindo apenas para cumprir o limite de despesas do arcabouço

fiscal até o término do governo atual, é possível que não ocorra a reversão das

econômico, mantendo a pressão, principalmente, sobre as taxas de câmbio e de

expectativas e que a condução da política fiscal continue a pautar o debate

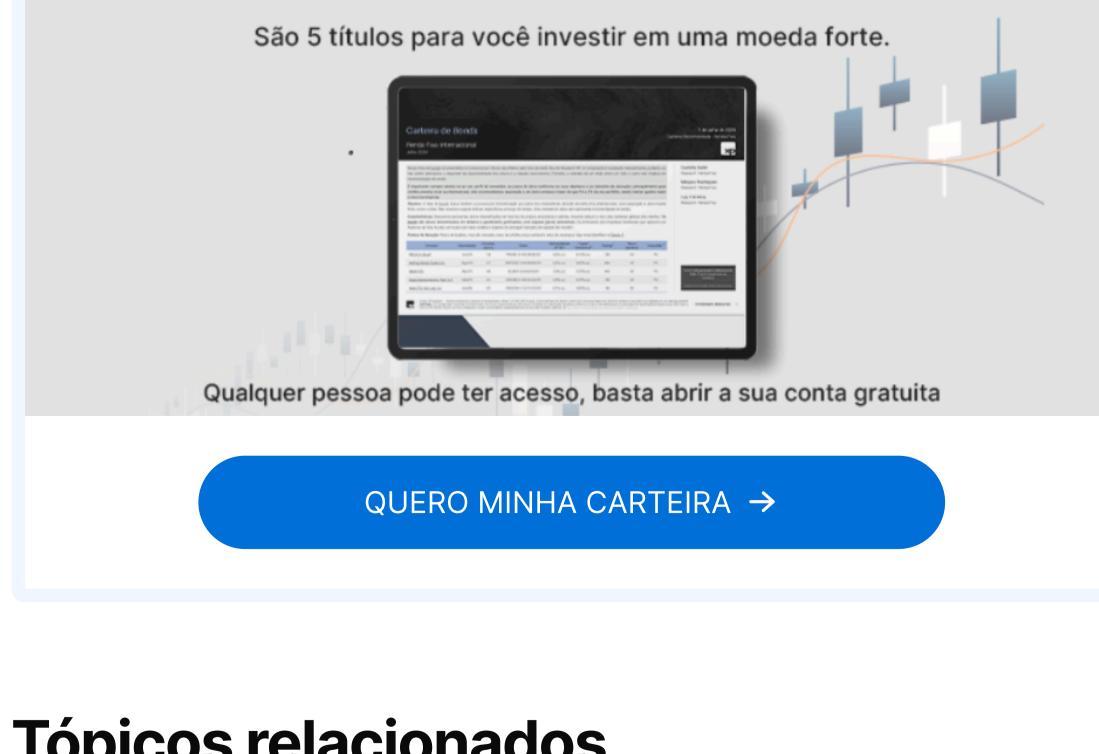
juros, com crescente impacto sobre o endividamento público", finalizam os

• Criação dos fundos orçamentários previstos na reforma tributária (Emenda

economistas da IFI. **ACESSO GRATUITO CARTEIRA DE BONDS** InfoMoney

XP libera gratuitamente a carteira de

Renda Fixa Internacional



Tópicos relacionados

Economia Política Ajuste Fiscal Arcabouço fiscal

Congresso Nacional **⊘** Emendas **⊘** Emendas de relator **⊘**

Orçamento Poder Legislativo Senado Senado Federal Agência Senado

Guias Cursos

Investimentos **Política Economia** Trader Colunistas **Business** InfoMoney

InfoMoney

Mercados

Últimas Notícias

Finanças Pessoais

Perfis **Ebooks Planilhas**

Aprenda

Multimídia WhatsApp

Vídeos

Podcasts

Web Stories

Tabela de preços InfoMoney Política de privacidade Política de cookies **Preferências de Cookies** Fale conosco

Veja mais

Fazer login

Mídia Kit

Quem somos

© 2000-2024 InfoMoney. Todos os direitos reservados.

responsáveis pela Infostocks são totalmente independentes e as notícias, matérias e opiniões veiculadas no Portal não são, sob qualquer aspecto, direcionadas e/ou influenciadas por relatórios de análise produzidos por

áreas técnicas das empresas do XP Inc, nem por decisões comerciais e de negócio de tais sociedades, sendo produzidos de acordo com o juízo de valor e as convicções próprias da equipe interna da Infostocks.